

Jornal dos Aposentados

SINTUFRJ

Ano I – Nº 7

Fevereiro de 2019

www.sintufrj.org.br

DIREITOS

Ataque à aposentadoria

Não se trata de reforma. Mas de, na prática, fim da aposentadoria. A proposta que o governo antipovo chama de reforma da Previdência é uma caixa de maldades que atinge, principalmente, o futuro dos mais pobres.

Mas a resistência já começou. A Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, na Praça da Sé, em São Paulo, foi o primeiro ato unificado de rua contra o governo Bolsonaro.



QUARTA-FEIRA, 20 DE FEVEREIRO. Centrais sindicais atraem multidão à Praça da Sé, em São Paulo, no início da luta em defesa da previdência pública

Atendimentos

Os companheiros aposentados e pensionistas podem entrar em contato com a coordenação por meio do telefone 3194-7127, às segundas e quartas-feiras, das 9h às

16h ou pelo e-mail: aposentados@sintufjr.org.br. E também pessoalmente na sede do Sintufjr, na Ilha do Fundão, às segundas e quartas-feiras, das 9h às 16h.

Aniversariantes do mês

A Coordenação e o Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sintufjr desejam muita saúde, paz e alegria aos que completam mais uma primavera neste mês.



Reunião mensal

A próxima reunião da Coordenação de Aposentados e Pensionistas do Sintufjr está prevista para o dia 27 de março, quarta-feira, no Espaço Cultural, com pauta a ser definida.

Cursos

Os cursos são oferecidos pelo Sindicato a todos os servidores sindicalizados, ativos, aposentados e pensionistas:

Apropriação Digital – As aulas são realizadas às segundas e quartas-feiras, no bloco H, do CT/Fundão.

Patchwork – As aulas são realizadas às segundas-feiras, das 9h às 12h, no Espaço Cultural do Sintufjr. As inscrições de 2019 estão abertas. O início das aulas está marcado para 11 de março, segunda-feira.

Pintura – As aulas são

realizadas às quintas-feiras, das 9h às 12h e das 13h às 16h, no Espaço Cultural do Sintufjr. As inscrições estão abertas e o início das aulas será dia 14 de março de 2019.

As inscrições para os cursos de Patchwork e Pintura são feitas com a Coordenação de Aposentados e Pensionistas do Sintufjr, às segundas e quartas-feiras.

Jornal dos Aposentados

SINTUFRJ

Ano I – Nº 6

Dezembro de 2018

www.sintufjr.org.br

No computador, no tablet e no celular

Acesse www.sintufjr.org.br



Inscreva-se no canal do Sintufjr no YouTube



WhatsApp do Sintufjr



Envie a palavra INCLUIR para (21) 96549-2330



CNPJ: 42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE

Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam) e Marisa Araujo / Coordenação e Departamento de Aposentados e Pensionistas do Sintufjr: Augusto Barbosa dos Santos, Alda Lúcia dos Anjos Santos, Maria Sidônia dos Santos Lira e Eliane Nascimento / Conselho Editorial: Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / Edição e Redação: Ana de Angelis e Luiz Maranhão / Reportagem: Ana de Angelis, Eac e Regina Rocha / Estagiário: Lucas Azevedo / Projeto Gráfico: Jamil Malafaia / Diagramação: Edilson Soares Martins / Fotografia: Renan Silva / Revisão: Roberto Azul / Tiragem: 4.300 exemplares. As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical / Impressão: 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunicacao@sintufjr.org.br / Telefone: 21 3194 -7112/7146 - RECEPÇÃO DO SINTUFRJ: Telefone - 21 3194-7100/7101

Proposta do governo quer impor o ‘cada um por si’

Embora a comunicação oficial do governo carregue na tinta da “novidade” e do “combate aos privilégios”, a proposta da reforma da Previdência encaminhada ao Congresso ataca o coração do sistema previdenciário brasileiro: o conceito de solidariedade se extingue e a contribuição repartida por trabalhadores, empregadores e Estado desaparece.

Em seu lugar, surge um “cada um por si”, em que o regime de repartição será substituído por um regime de capitalização, a ser regulamentado em lei complementar, que institui a aposentadoria como uma “poupança individual”. Abre um generoso mercado para os bancos, ao mesmo tempo que coloca sob risco o futuro de milhões de pessoas.

Pior para trabalhadores

O documento elaborado pelo governo e entregue em mãos ao presidente da Câmara dos Deputados por Bolsonaro sem uma única declaração, como se o presidente da República fosse um office boy do ministro da Economia, atende em cheio aos anseios do mercado.

A proposta aumenta a idade mínima, o tempo de contribuição e a dificuldade de acessar a aposentadoria, ao mesmo tempo que reduz o valor médio do benefício. Não entraram na mira do governo os privilégios dos militares nem a sonegação das empresas, cuja dívida ativa é estimada em meio trilhão de reais.

Apesar do silêncio do presidente, a estratégia de comunicação do governo é agressiva: sob o slogan “Nova Previdência”, a ênfase em semear disputas no interior da classe trabalhadora é uma tentativa torpe de escamotear a retirada de



Foto: Internet

REFORMA aponta para o fim da aposentadoria e vai jogar no desamparo absoluto milhares de pessoas no país

direitos; o ataque ao funcionalismo público, limitando a incorporação de gratificações, aumentando a alíquota e impondo um tempo de contribuição maior, é apresentado como “combate aos privilégios”, quando, na verdade, ignora diferenças regionais e as desigualdades entre as carreiras, não ataca os privilégios existentes no alto escalão e concentra alíquotas maiores em salários de valores médios.

Empresário poupado

O governo pretende economizar com a reforma pouco mais de um trilhão de reais em dez anos. O combo de sonegação, juros da dívida pública e isenções fiscais para o agronegócio e grandes empresas consome cerca de 1,3 trilhão de reais ao ano: mais do que o governo estima poupar em uma década! Para piorar, o projeto poupa empresários

de novas alíquotas e acaba com a multa sobre o FGTS, deixa os militares de fora das mudanças – mantendo pensões para viúvas e filhas com isenção de alíquota de contribuição.

Urge, ao conjunto da classe, organizar um amplo debate com a sociedade e uma forte mobilização para impedir a aprovação desta bomba-relógio.

Veja como vai ficar a aposentadoria dos servidores públicos

■ **Regra atual:** aposentadoria por tempo de contribuição com 30 anos de contribuição + 55 anos de idade para mulheres e 35 anos de contribuição + 60 anos de idade para os homens. Além disso, é necessário o mínimo de 10 anos de tempo de serviço público e de 5 anos no cargo.

■ **Regra PEC 6/2019:** 62 anos de idade para mulheres e 65 anos de idade para os homens + 25 anos de contribuição. Vale para estados,

municípios e Distrito Federal, que poderão ampliar suas alíquotas para no mínimo 14%, caso registrem déficit financeiro e atuarial. Limita incorporação de gratificações; obrigação de instituir previdência complementar em 2 anos.

■ **Risco/Problema:** retarda o acesso ao benefício; ignora que no serviço público há enormes desigualdades entre as diversas ocupações/carreiras e entre as esferas (União, Estados e

Municípios); ignora diferenças regionais; impõe um tempo de contribuição superior ao do RG (Regime

Geral) e alíquotas maiores, com uma concentração/peso maior em salários de valores médios.

... e as pensões

■ **Regra atual:** dependentes do segurado que falecer. O valor do benefício é 100% do que o teria direito caso fosse aposentado ou aposentado por invalidez.

■ **Regra PEC 6/2019:** cota familiar de 50% + 10% para

cada dependente, até o limite de 100%; a cota dos dependentes não é permanente.

■ **Risco/Problema:** reduz o valor do benefício e o tempo de gozo de pelo menos parte do benefício.

Fonte CUT e Dieese

MUNDO TÃO DESIGUAL III

Robin Hood às avessas

Cobrança de impostos favorece a concentração de renda e aprofunda a desigualdade social no mundo e no Brasil

Empresas e pessoas ricas devem pagar parcela mais justa de impostos a fim de favorecer serviços públicos e proteção social. Essa é uma das recomendações do relatório “Bem público ou riqueza privada?” produzido pela Oxfam, ONG presente em 93 países e que discute as causas das desigualdades.

Segundo a Oxfam, em vez de incidirem sobre a riqueza, os impostos estão recaíndo sobre os trabalhadores. Super-ricos e grandes empresas estão pagando o menor nível de impostos em décadas, diz o relatório. Os governos agem como Robin Hood às avessas.

O estudo da ONG tem

amplitude global. Está lá a constatação de que a riqueza está particularmente subtributada. Apenas 4 centavos em cada dólar de receita fiscal vêm de impostos sobre a riqueza.

Em alguns países como o Brasil e o Reino Unido, aponta o relatório, os 10% mais

pobres pagam atualmente uma proporção maior de sua renda em impostos do que os 10% mais ricos.

A sonegação alcança um volume escandaloso no Brasil e em outras partes do planeta. Pelos cálculos dos economistas da ONG britânica, os super-ricos estão ocul-

tando US\$ 7,6 trilhões das autoridades tributárias. E as grandes empresas lançam mão de truques da engenharia financeira para também esconder imensas quantias no exterior. Juntos, eles privam os países em desenvolvimento de US\$ 170 bilhões por ano.

